

Desenvolvimento local: uma análise das políticas públicas no Estado do Amapá entre 1966 e 2006

Local Development: An Analysis of Public Policies of Amapá State, Brazil, Between 1966 e 2006

Resenha escrita por Felipe Deodato da Silva e Silva*

**Doutorando em Desenvolvimento Sustentável no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil e docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil
E-mail: felipe.silva@bag.ifmt.edu.br*

doi:10.18472/SustDeb.v6n3.2015.16752

RESENHA

Joselito Santo Abrantes. (Des)envolvimento local em regiões periféricas do capitalismo: limites e perspectivas no caso do Estado do Amapá (1966-2006). Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 336 p. ISBN 978-85-7617-325-0

Este livro é fruto da tese de doutorado de Joselito Santos Abrantes, defendida no Programa de Pós-Graduação de Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Abrantes é analista do SEBRAE/Amapá e professor do Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP) e da Faculdade Estácio (FAMAP). Escreveu *Bio (socio) Diversidade e Empreendedorismo Ambiental na Amazônia* (Editora Garamond).

Abrantes buscou responder a seguinte pergunta: “em que medida políticas públicas de desenvolvimento local sustentável, especialmente as estratégias com foco em programas de apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) e aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) implementadas no âmbito do Estado do Amapá, têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos amapaenses?” (p. 26). Para tanto, o estudo buscou (i) analisar as alterações nos paradigmas teóricos sobre desenvolvimento regional e local de áreas periféricas do capitalismo

considerando a globalização e a reforma do estado de bem-estar; (ii) contextualizar a evolução política, econômica e social do Amapá, a partir das estratégias de desenvolvimento regional em 1966-1989 e 1990-2006; (iii) analisar a evolução do bem-estar dos amapaenses, com base em indicadores de desenvolvimento econômico e social; e (iv) avaliar a efetividade social das políticas do governo federal voltadas para o desenvolvimento do Amapá, com foco nos paradigmas do “desenvolvimento local integrado e sustentável” (DLIS), do governo FHC (1999-2002) e dos “arranjos produtivos locais” (APLs), do governo Lula (2003-2007).

A pesquisa adotou a estratégia de estudo de caso, de natureza qualitativa, com abordagem indutiva e hipotética-dedutiva. Ela foi usada para analisar 15 projetos de DLIS e três projetos de APL. Estes últimos foram avaliados com base em relatórios de gestão do Sebrae/AP e na sua metodologia de avaliação denominada “sistema de gestão orientado para resultados” (Sigeor). O estudo empregou também métodos de procedimento estatístico, histórico e comparativo, além de entrevistas semiestruturadas com participantes dos projetos. O autor construiu um indicador-síntese denominado “índice de desenvolvimento econômico e social do estado do Amapá” (Idesap), que incorporou variáveis econômicas, sociais e de infraestrutura. Por fim, o estudo teve como marco teórico o desenvolvimento regional/local endógeno.

A discussão teórica enfoca os principais conceitos de desenvolvimento, considerando as suas diferenças e inter-relações. O estudo considera desenvolvimento local como “aquele que se articula por meio de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais de localidades e territórios delimitados, com economias de escala e potencialidades ainda por explorar, além de uma forte identidade compartilhada no âmbito de uma visão sistêmica e humanista” (p. 35). O autor discute também sobre o conceito de capital social e a sua incorporação aos modelos de desenvolvimento e às políticas públicas, embora o texto não busque construir um novo modelo de intervenção do estado.

O Amapá se tornou estado com a Constituição Federal de 1988; antes disso, foi um território federal, criado em 1943. A pesquisa adotou a análise geopolítica de Becker sobre a ocupação da Amazônia, dividida em três modelos: tradicional (paternalista), modernista (desenvolvimentista, colonizador) e pós-moderno (socioambiental). No século XX os interesses em relação ao território do Amapá se voltaram para a indústria extrativista, com ênfase na borracha, impulsionando migrações para a região até a década de 1940. Em seguida, o governo e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) investiram em projetos de agricultura, pecuária e exploração de bens florestais. Na década de 1940 foi descoberto o manganês na Serra do Navio, resultando em elevados investimentos privados em infraestrutura de transporte e geração de energia. Durante o governo militar, buscou-se ocupar e explorar a Amazônia para reafirmar a soberania nacional e acelerar o crescimento econômico do país. Com a criação do Estado do Amapá, em 1988, ele alcançou maior autonomia política e econômica, permitindo o surgimento de um planejamento social, político e econômico local. Na década de 1990 controlou-se desmatamento, foi incentivado o uso múltiplo dos ambientes florestais, foram implantados sistemas agroflorestais, e foram demarcadas terras indígenas.

As estratégias recentes de desenvolvimento implantadas pelo governo federal no Amapá foram o DLIS e as APLs. Abrantes estudou todos os projetos de DLIS voltados para comunidades locais considerando as suas vocações e potencialidades, fomentando o intercâmbio externo a partir de suas vantagens locais. Estudou ainda os três casos de APL (horticultura, madeira-móveis e oleiro-cerâmico), que se caracterizam pela especialização produtiva e e por terem articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais. Ele as considera importantes contribuições para o fortalecimento da organização social, da economia e da qualidade de vida dos amapaenses, embora tenham produzido efeitos mais lentamente do que o esperado. Abrantes registra ainda uma melhoria da qualidade de vida dos amapaenses, medida pelo Idesap para os anos entre 1971 e 2006. A falta de dados e a não-confiabilidade de algumas fontes impossibilitou a inclusão de variáveis sociais relevantes.

O estudo não demonstra a relação de causalidade entre os projetos de DLIS e de APL com a melhoria do bem-estar da população amapaense, mas apontou para uma relação de influência positiva, pois o desenvolvimento acelerou depois da execução desses projetos. O estudo apontou que a transformação do paradigma de política exógena e centralizadora no âmbito federal para políticas endógenas não implicou em um processo participativo completo, embora a transição tenha ampliado a participação. Esse processo deslocou a responsabilidade pelo desenvolvimento do Estado para a sociedade, criando um ambiente de discussão sobre os problemas de cooperação e de inovação.

O livro contém uma boa discussão teórica sobre os diversos conceitos e dimensões do desenvolvimento regional/local endógeno, bem como do capital social, e sua relação com o papel do Estado na promoção de políticas públicas de desenvolvimento em regiões periféricas do capitalismo. Nesse sentido, a análise dos projetos de DLIS e APL foi feita de forma coerente com a proposta teórica do estudo. Apesar das limitações apresentadas pelo indicador Idesap, a sua aplicação conjuntamente com outros indicadores permitiu apontar a elevação do bem-estar social do Amapá. Por outro lado, a dimensão ambiental não foi incorporada como um elemento importante da sustentabilidade dos projetos estudados, nem como um fator determinante para a melhoria da qualidade de vida. Esta limitação pode servir como uma oportunidade para novos estudos que busquem avaliar as políticas públicas e construir indicadores de análise da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento local.